

PORTO, PORTUGAL, 22 DE JULHO DE 1995

I. Introdução

Quero, inicialmente, expressar meu agradecimento à Universidade do Porto pelo título de Doutor que me concede e que muito me honra. Renovar o contato com a Academia, como hoje faço, é sempre motivo de satisfação para alguém que se orgulha de ter dedicado grande parte da vida ao ensino na Universidade.

Reza a tradição que o homenageado dê uma aula. O objeto de minha exposição será examinar, em linhas gerais, os principais traços e as tendências mais importantes do cenário internacional contemporâneo.

Em meus anos de vida acadêmica, minhas reflexões tiveram como ponto central a compreensão das possibilidades e dos limites do desenvolvimento dos países da América Latina, da interação de condicionantes externas com as variáveis internas para produzir, nos países da região, um caminho possível de desenvolvimento que chamávamos, Enzo Falleto e eu, de modelo capitalista dependente-associado.

A dimensão internacional já estava presente, portanto, em meus estudos, embora subordinada à preocupação maior de explicar o quadro interno.

Hoje, no entanto, quero concentrar-me exclusivamente nas transformações mundiais dos últimos anos, não apenas porque, cada vez mais, é o externo que passa a influenciar o interno em cada país e isso vale tanto para o Brasil como para Portugal, mas também porque me sinto mais à vontade para enveredar pelos temas da agenda internacional. É que agreguei à perspectiva do acadêmico uma nova faceta: tornei-me também ator e operador de política externa, antes como Chanceler, agora como Presidente da República. E nada substitui a vivência direta das questões internacionais para chegar-se a um entendimento mais abrangente dos desafios que apresenta um cenário externo em mutação acelerada e constante.

II. O plano econômico. Globalização econômica. Os esforços de integração. O Terceiro Mundo.

No plano geral das relações econômicas, a tendência mais nítida é a da internacionalização do processo produtivo. É uma realidade que se foi construindo nas últimas décadas. Há mais de 25 anos, eu utilizava o termo “internacionalização dos mercados” para caracterizar a atuação das empresas multinacionais em países com o Brasil, transferindo para eles, como resposta à elevada proteção tarifária, algumas de suas operações para penetrar naqueles novos mercados. Mas, na verdade, era mais complexo o processo que vinha ocorrendo: mais do que a simples internacionalização dos mercados, tratava-se da internacionalização do processo produtivo, ou, como se diz freqüentemente, da globalização da economia, da expansão dos fluxos internacionais de comércio e de capitais, que acarretou profunda reorganização do sistema econômico mundial.

Algumas das conseqüências da internacionalização do processo produtivo são hoje claras. Em primeiro lugar, criou oportunidades de certa maneira inesperadas ao produzir novas ondas de industrialização no mundo.

Os Tigres Asiáticos e, até certo ponto, o próprio Japão souberam sair à frente, com políticas industriais e educacionais mais eficientes. As altas taxas de crescimento que obtiveram nas últimas décadas resulta-

ram do acerto dessas políticas e também das perspectivas abertas pela globalização.

Em segundo lugar, as escalas ampliadas de produção e de mercados exigidas pela globalização ditaram um processo de unificação, de integração de grandes espaços econômicos. E a pioneira experiência européia, que os portugueses vivenciam tão de perto, é o esforço mais avançado nesta direção. Mas há outras iniciativas, inclusive sub-regionais, como é o caso do Mercosul, que tem sido importante fator de dinamismo para a economia brasileira. O fenômeno de multipolarização econômica em espaços regionais foi visto por muitos não apenas como uma ameaça de esfacelamento do sistema internacional, mas também como um potencial de disputa pela hegemonia econômica.

Reforçavam essa visão os sucessivos adiamentos na conclusão da Rodada Uruguai do GATT; os crescentes atritos comerciais entre Estados Unidos, Europa e Japão, e ainda algumas obras, como as de Lester Thurow e Paul Kennedy, que tiveram repercussão e enfocavam, sob diferentes ângulos, os temas da competição entre "blocos" e da competitividade das nações.

Não acredito, porém, que a integração regional se faça em detrimento da intensificação dos laços comerciais, financeiros e empresariais entre os diferentes blocos regionais. A razão para isso está na escala de produção e na inovação tecnológica, que militam a favor de um espaço econômico ainda maior, de escopo mundial. A possibilidade de participar com eficiência na economia globalizada é dada cada vez mais pela capacidade dos países de investir em ciência e tecnologia e de dispor de recursos humanos qualificados, além da de criar instituições em que haja liberdade e respeito aos direitos humanos.

A terceira conseqüência da internacionalização do processo econômico foi o fracasso espetacular dos países que não foram capazes de reunir aquelas condições de participar da economia global, a começar pelas economias centralmente planejadas no Leste Europeu. Depois do ímpeto desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética chegou a dar a impressão de que estava na vanguarda tecnológica após o lançamento do *Sputnik*, o comunismo per-

deu terreno. Sua estrutura econômica não soube acompanhar o desenvolvimento tecnológico na produção de bens de consumo para sua população; não pôde gerar poupança interna em grau compatível com a mudança do ciclo tecnológico; e não soube criar, em suas instituições fechadas e pesadas, o clima de liberdade necessário à imaginação, à pesquisa, ao desenvolvimento.

O que o mundo ocidental fez foi uma verdadeira revolução organizacional. O capitalismo deixou de significar apenas o “livre jogo” dos mercados para, através da revolução tecnológica e da informação, tudo abarcar: a universidade, o Estado, os meios de comunicação.

Os países de economia antes centralmente planejada vivem anos de transição dolorosa e difícil e levarão outros mais até poderem colher plenamente os frutos dos esforços de ajustamento às novas realidades econômicas mundiais.

O outro grupo de países que não foi capaz de integrar-se à economia global deve ser encontrado em grande parcela no que nos habituamos a chamar de Terceiro Mundo.

Durante muito tempo, prevaleceu, ao se pensar no conceito de Terceiro Mundo, a idéia da unidade, a noção de um grupo de nações que, não obstante suas diferenças, partilhavam as características comuns do subdesenvolvimento. Mais do que isso, uma plataforma política conjunta que, na convicção de que a razão e a ética estavam a seu lado, continha reivindicações para transformar o ordenamento internacional. Hoje, o conceito de Terceiro Mundo perdeu muito de sua utilidade, porque sabemos que, na verdade, ele escondia realidades muito diferentes, que o tempo viria a acentuar ainda mais.

Os NICS asiáticos desfrutaram hoje padrões de renda que os deixam mais próximos do mundo desenvolvido do que do mundo em desenvolvimento. A América Latina, com uma ou outra exceção, como o Chile, tardou a embarcar no processo de integração na economia global. Foi ali que a estratégia de substituição de importações, de industrialização protegida, fincou raízes mais profundas. Nos últimos anos, os países da região tentam recuperar o atraso, dentro de uma perspectiva geral de maior abertura e de crescimento, mas com instrumentos dis-

tintos e graus diferenciados de êxito para cada um. Para os países continentais, como Índia, Paquistão, China, Indonésia e Brasil, se não se integrarem de modo satisfatório às correntes econômicas internacionais, restará sempre a opção do mercado interno, de um suposto e talvez inatingível “caminho próprio” de desenvolvimento.

Mas para a maior parte restante do antigo Terceiro Mundo, duas visões se opõem. Uma delas tende a ver os países dessa parte do mundo como de difícil integração aos espaços econômicos regionais ou à economia global. Estariam fadados ao esquecimento, pela irrelevância, do ponto de vista econômico. Alguns tentariam organizar-se politicamente em sistemas socialistas alternativos; noutros prevaleceriam o caos e a corrupção. Muitos ainda viveriam da assistência num mundo em que a ajuda internacional passou a ser percebida como uma cobrança irritante sobre sociedades ricas que têm, cada vez mais, seus próprios problemas internos de pobreza e de desequilíbrios econômicos, como o desemprego estrutural. O sentimento de *aid fatigue* nos países afluentes, a banalização das imagens televisivas da pobreza, a corrupção endêmica em muitos regimes teriam contribuído para erodir o capital de simpatia necessário para aumentar a assistência internacional aos povos mais pobres. A História tenderia a ser cruel para os que se situam à margem do *mainstream*.

A outra visão, da qual sou partidário, sem negar as dificuldades enormes da maior parte do Terceiro Mundo, acredita nas possibilidades de longo prazo de sua integração à economia mundial e recusa-se ao imobilismo e ao fatalismo.

Para os que assim pensam, em vez da indiferença, a situação desses países suscita a indignação, sentimento capaz de produzir a mobilização necessária à ação. Porque a disparidade entre nações ricas e pobres continua a incomodar, a machucar, a perverter a boa consciência do mundo.

Em suma, a globalização da economia é um fenômeno que veio para ficar e que – queira-se ou não – cada vez mais influencia as opções nacionais de governantes e dirigentes. Mas a internacionalização da economia não se fará sem conflitos, com base em consensos doutrinários, à moda do “fim da história” de Fukuyama.

Contradições continuarão a surgir. Se a própria lógica e a dinâmica da economia exigem escalas ampliadas de mercados, sentimentos políticos antigos, que vieram à tona com o fim da Guerra Fria, atuam no sentido da autonomia, da desagregação de unidades políticas. Na antiga União Soviética, foram o próprio desejo de liberdade e o impulso democrático que levaram à emancipação das repúblicas agora independentes.

Chegamos ao paradoxo da criação de novos Estados que só serão viáveis se, economicamente, estiverem integrados com outros.

Por outra parte, a internacionalização do processo econômico tem tido como pano de fundo não a inclusão social, mas sim a exclusão, crescentemente dramática, daqueles que não são capazes de acompanhar os novos padrões de competitividade, sejam, como vimos, nações inteiras, sejam, dentro das nações, as camadas menos favorecidas ou minorias étnicas e religiosas.

Até quanto poderemos tolerar a exclusão? Até que volte a penetrar, em nossa consciência, a idéia de justiça social, agora resgatada e livre de associações com a derrocada do comunismo? Ou até que os níveis de violência e de caos gerados pela exclusão se tornem intoleráveis? Ou ainda até que os fluxos migratórios do Sul para o Norte atinjam proporções ainda maiores?

III. As transformações políticas. O fim da Guerra Fria. Os temas globais
Passo agora à análise das transformações no plano político e começo com uma afirmação que, embora possa parecer óbvia, nem por isso deixa de ser necessária: vejo o fim da Guerra Fria como algo positivo. O período histórico inaugurado com a queda do Muro de Berlim reúne condições claras de que seja essencialmente melhor do que o universo do conflito bipolar. Hoje, esta idéia pode parecer simples e virtualmente inquestionável. No entanto, ainda existem os saudosistas da Guerra Fria, talvez porque fosse mais fácil explicar o mundo, já que a Guerra Fria, de certo modo, trazia maior grau de previsibilidade à cena internacional.

É certo que o sistema internacional contemporâneo caracteriza-se por maior incerteza, situação esta que gera sentimentos divididos. De um lado, há os que vêem o fim da Guerra Fria como permeando toda a

agenda internacional de modo positivo: a democracia e a economia de mercado seriam valores absolutos e triunfantes, trazendo, sem matizes, nova era de paz e prosperidade.

De outro, prevalece atitude pessimista, com ênfase nos conflitos de natureza étnica ou religiosa; no "choque de civilizações" e nas disputas comerciais como substitutos do confronto ideológico; na incapacidade das Nações Unidas, apesar do êxito na Guerra do Golfo, de lidar com esses novos tipos de conflitos localizados.

Entre esses dois extremos, a avaliação correta seguramente estará em algum ponto intermediário. Do ponto de vista da ação do governante, porém, questão mais relevante parece ser a do que fazer para que os efeitos positivos provocados pelo fim da Guerra Fria se consolidem, se propaguem e acabem por prevalecer sobre os negativos.

Os efeitos positivos começam pelo desanuviamento da agenda internacional da Guerra Fria, marcada pela paz fragilmente mantida à custa do equilíbrio do terror, pela exacerbação dos conflitos regionais, mediante a confrontação ideológica, pela paralisia das organizações internacionais.

Também como positivo deve ser encarado o grau razoável de convergência de valores que passou a existir internacionalmente. A democracia predomina, se nem sempre como realidade, pelo menos como objetivo a ser alcançado. O respeito aos direitos humanos firma-se como norma geral de conduta civilizada; reforçam-se os mecanismos internacionais para a proteção ambiental; e a noção de liberdade econômica como meio de promoção do crescimento complementa a de liberdade política.

Diria mesmo que, aparentemente, se tomarmos como base as conferências mundiais patrocinadas pelas Nações Unidas nos últimos anos, sobre população, mulher, direitos humanos, desenvolvimento social, meio ambiente, as condições, a qualidade e a possibilidade da vida humana estão no centro do debate internacional.

O reconhecimento de que esses temas "novos ou renovados" são também temas "globais", no sentido de que o interesse da humanidade deve prevalecer independentemente dos diferentes sistemas sociais e

políticos, é um importante avanço tornado possível pelo fim da disputa ideológica.

Se Marx fez do proletário a classe universal e da luta de classes fenômeno que não conhecia fronteiras, os temas globais hoje nos fazem lembrar que existe algo de universal que transcende as ideologias tradicionais.

No entanto, estamos ainda numa etapa de "ganhos conceituais". Passar para a etapa posterior, de transformar em ações concretas essa convergência de valores, é a tarefa que temos pela frente. E é preciso andar rápido, porque, se permanecerem apenas no plano abstrato das promessas, os valores podem perder rapidamente sua base de legitimidade, num momento em que crescem as pressões dos povos pelas conquistas da democracia, no sentido mais amplo do termo, e pelo progresso material.

Se a democracia e a defesa dos direitos humanos são percebidos como valores universais, como podemos expandir sua supremacia? Se a comunidade internacional concorda com a prioridade da preservação ambiental, os mecanismos internacionais de cooperação dão resposta suficiente aos problemas nesta área?

Se a preocupação com a justiça social já não é monopólio de uma corrente ideológica, como combater de forma efetiva a fome e a pobreza? Se a globalização da economia é benéfica, como evitar suas consequências negativas de exclusão social das parcelas da população incapazes de integrar-se aos novos padrões de competitividade exigidos? Se o mundo bipolar deixou de existir, por que não estamos sabendo utilizar os mecanismos de segurança coletiva existentes ou reformá-los para que sejam mais eficazes?

Essas questões demonstram uma convergência entre a agenda internacional e as agendas nacionais. O desafio maior é justamente o de harmonizar, de combinar as ações nacionais e a cooperação internacional não apenas como valores, mas também no encaminhamento de assuntos concretos.

IV. Conclusão. O “novo humanismo. Justiça social e utopia. O desenvolvimento como “tema global”.

No quadro de multipolarização mundial surgido no pós-Guerra Fria, ao lado da globalização da economia e do predomínio dos grandes temas da sobrevivência da humanidade, a discussão dos aspectos éticos da idéia do progresso voltará a ser tendência crescente nos próximos anos. Dito de maneira diferente: às vésperas da entrada no novo milênio, desenha-se no horizonte um “novo humanismo”. A aceleração e a amplitude do desenvolvimento científico-tecnológico levaram a sociedade contemporânea a ter de defrontar-se com temas que, se têm semelhança com aqueles que desafiaram os homens do Renascimento, deles se afastam por uma questão de perspectiva: já não se trata do homem, sujeito individual, como medida de todas as coisas, mas da humanidade, sujeito coletivo, medida da própria sobrevivência de qualquer civilização ou cultura.

Até que ponto esse reencontro com a noção de humanidade por uma civilização tecnológica impregnada de uma cultura nacional desencantada traz de volta a questão da justiça social, da busca da igualdade, de uma nova utopia, não apenas no interior de cada país, mas também no quadro maior das relações internacionais? A resposta a essa pergunta é difícil, porque implica opções concretas de política.

Depois do colapso do socialismo, não creio que o mundo estará condenado, como alguns parecem crer, a escolher entre as alternativas do “neoliberalismo” triunfante e de uma socialdemocracia esmaecida, lutando para sobreviver como ideologia moderna viável. Acredito que a idolatria ingênua e ideologizada pelos mecanismos espontâneos de regulação de preços e salários pelo “mercado” crescentemente cederá lugar à necessidade de implementação de medidas compensatórias para corrigir as distorções que o próprio mercado produz. E, por isso, acredito também que a socialdemocracia renova suas chances de voltar a ser caminho atraente se a ela agregarmos uma nova dimensão utópica, que fortaleça espaços públicos de participação, que institucionalize formas de democracia participativa, que concilie direitos e motivações individuais com a realidade em que os cidadãos vivem situações comuns, coletivas.

Essa utopia “viável”, contradição em termos, parte do pressuposto de que a justiça social continua como objetivo e valor a serem perseguidos. E parte igualmente do pressuposto de que a promoção da justiça social é viável, porque o desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista cria as possibilidades, pelo lado da acumulação de riqueza e conhecimento, e a necessidade, pela exclusão social que gera, da correção das distorções e do desequilíbrio.

A busca da justiça é cada vez mais questão que preocupa todos os países, ricos e pobres, que se defrontam, embora em diferentes níveis, com os mesmos problemas da Previdência Social para uma população que envelhece e de emprego para os jovens que ingressam no mercado; de moradia; da marginalização, da droga e da delinquência.

Transposta para o plano internacional, essa “utopia viável”, de “alcançe médio”, já não passa pela criação de uma “nova ordem econômica internacional”, que os países em desenvolvimento tiveram a ilusão de poder construir nos anos 60 e 70, através de negociações no âmbito Norte-Sul. Passa pelas reformas internas, pelo *homework*, pela questão da “boa governança” em todos os países em desenvolvimento, para que seja reintroduzida na agenda internacional como *global issue* de escopo geral, que na verdade inclui todos os demais temas “novos ou renovados”. O Sul só sairá de seu isolamento, só será integrável à economia globalizada, se sua problemática voltar a ocupar lugar central nos esforços de cooperação internacional.

É claro que essa globalização da temática do desenvolvimento não pode ser conduzida em bloco, como se o Sul fosse entidade única. Esse erro já cometemos. O “novo humanismo” assumirá, para alguns países do Sul, condições de acesso a mercados e à tecnologia; para outros, assistência humanitária e doação de alimentos. Em nenhum desses casos, há razões para confrontacionismos estéreis. Esses esforços obedecerão, todos, à mesma lógica de uma nova utopia, mais modesta, mas por isso mais factível.

Afinal a política é menos “a arte do possível” do que a “arte de tornar possível aquilo que é necessário”.